



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

revistahistoria@unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho
Brasil

Torrão Filho, Amilcar

Imago Mundi: as instruções de viagem como educação do olhar e revelação do mundo,
séculos XVIII e XIX

História (São Paulo), vol. 34, núm. 2, julio-diciembre, 2015, pp. 286-309
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221043245014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Amilcar TORRÃO FILHO

PUC-São Paulo - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Contato: amilcartorrao@uol.com.br

Resumo: As instruções de viagem estão ligadas à necessidade de se estabelecer um método para a viagem, para torná-la mais adequada para cumprir o desejo de objetividade científica e de verdade em um momento em que a aquisição de conhecimento não estava mais ligada à aceitação pura e simples da tradição, mas através da prática e da reflexão. O objetivo deste artigo é ressaltar as interferências do subjetivo e do sujeito pitoresco na produção das instruções de viagem e o crescente interesse pelos quadros em movimento das sociedades visitadas, pinturas verbais que revelam sentimentos, ações e a vida moral da sociedade.

Palavras-chave: Instruções; Literatura de Viagem; Viagens Pitorescas.

Abstract: The instructions for travelers are related to the need to establish a method for the voyage, to make it more suitable to fulfill the desire of scientific objectivity and truth at a time in which the acquisition of knowledge was no longer linked to the pure acceptance and simple tradition, but through practice and reflection. The purpose of this article is to highlight the interference of subjectivity and picturesque subject in the production of travel instructions and the increasing interest in moving frames of the visited societies, verbal paintings that reveal feelings, actions and the moral life of society.

Keywords: Instructions; Travel Literature; Picturesque Travels.

Inventários do mundo

Os relatos de viagem, tanto científicos como pitorescos, compondo um gênero na fronteira entre a ficção e a experiência, possuem uma série de regras de estilo, uma verdadeira preceptiva, que são as instruções de viagem. Estas instruções eram documentos variados, manuscritos ou impressos, públicos ou secretos, oficiais ou não, que aparecem com força no século XVII; mas sobretudo no século XVIII, organizam as formas de ver e as maneiras de narrar a experiência da viagem, ensinando aos “europeus como ver o mundo” (RUBIÉS, 1996, p. 140), fazendo com que a experiência individual da viagem seja transformada em “patrimônio cognitivo de uma comunidade inteira” (COLLINI; VANNONI, 2005, p. 19). As instruções estão ligadas à necessidade de criação de um método para a viagem, para torná-la mais adequada ao desejo de científicidade e objetividade, num momento no qual a forma de produzir conhecimento já não era mais a aceitação pura e simples da tradição, mas por meio de práticas e reflexão, uma “técnica abstrata e universal que pudesse ser aprendida e usada por um sujeito autônomo e capaz” (RUBIÉS, 1996, p. 151). Trata-se de uma nova maneira de conceber o conhecimento, que se reflete na forma como as viagens devem ser pensadas, realizadas e narradas; a publicidade do conhecimento adquirido por meio da viagem torna-se cada vez mais importante, seja na forma de livros, memórias apresentadas às academias científicas ou notícias na imprensa. “A *forma* do conhecimento torna-se mais importante do que sua *substância*; o método eclipsou o material; o conhecimento empírico deixou de ser arranjado sincronicamente, sendo disposto em sucessão, em séries temporais” (STAGL, 2006, p. 87).

É preciso recordar que as instruções não são as únicas formas de educação do olhar disponíveis aos viajantes; em 1792 William Gilpin (1808, p. 3) publica importante ensaio intitulado *Three essays: on picturesque beauty; on picturesque travel; and on sketching landscape: to which is added a poem, On landscape painting*, no qual procura definir o conceito do pitoresco como uma beleza que nos agrada por alguma qualidade e que é “capaz de ser ilustrada pela pintura”. Nessa diferença entre o que é belo e o que é pitoresco, que depende, como recorda o autor, de uma “construção peculiar do objeto” (GILPIN, 1808, p. 4), Gilpin fornece à literatura de viagem uma importante rota do olhar na construção de descrições pitorescas, muito mais atrativas ao público leitor do que as narrativas científicas dos naturalistas. Como observa Barbara Stafford (1984, p. 7), o pitoresco, ao confirmar a ideia de que “toda localidade é individual, única e talvez numinosa[,] expande a conotação do que é exótico”, dando ao espaço descrito pelo viajante uma nova substância. Autores e viajantes importantes, como Goethe, Humboldt, Schelling, influenciarão gerações de viajantes, naturalistas ou não, propondo um novo olhar para o mundo e para a natureza, a *Naturphilosophie*, filosofia da natureza. Este olhar é particularmente importante para as viagens ao Novo Mundo, na medida em que rompe uma concepção detratora da natureza americana, fornecendo

à América um novo modelo descritivo que se combinará ainda às estéticas do pitoresco e do sublime. Elas permitem a formulação da *Naturgefühl*, o sentimento da natureza, que é imprescindível “para o naturalista estetizar e poetizar seu objeto de estudo” (LISBOA, 1997, p. 25).

Luciana Martins também demonstrou como no século XIX as representações britânicas da paisagem brasileira constroem uma geografia imaginativa dos trópicos, resultante da prática da navegação, da experiência nos mundos “exóticos”, uma educação do olhar que corresponde ao “modo de ver dos navegadores britânicos, um modo de ver moldado pela experiência do navegar em águas tropicais” (MARTINS, 2001, p. 98). Estas narrativas e descrições, tanto textuais como imagens, devem ser pensadas, recorda a autora, como “um processo de transculturação, e não, meramente, uma tradução de experiências de campo” (MARTINS, 2001, p. 23). Elas são compostas por esta experiência, por convenções de representação, científicas e artísticas, do observador, mas sobretudo de “uma constante negociação entre as imagens que os viajantes carregavam em suas mentes com as paisagens que se lhes apresentavam aos olhos, pelas quais eles viajavam através, com as quais eles tinham de travar um contato físico” (MARTINS, 2001, p. 165). Entretanto, meu objetivo neste artigo não é tratar da diversidade de métodos de educação do olhar do viajante para a compreensão do mundo, mas destacar este “gênero”, ou “subgênero”, em concreto, que são as instruções, escritas específica e diretamente para educar o bom viajante, para que ele produza uma narrativa útil, informativa, coerente, seja ela científica ou pitoresca. E que desaparecem ao longo do século XIX, justamente substituídas por uma enorme diversidade de experiências e teorias do olhar que as tornam desnecessárias e reiterativas. Ou, como observa Stafford, pela ascensão de uma evidência literária, de uma “paisagem internalizada”, como reação à hegemonia do externo, um desejo de refazer a realidade que é própria da consciência romântica (STAFFORD, 1984, p. 453).

No século XVIII as instruções estão ligadas à produção de conhecimento científico, sobretudo relacionado à história natural e aos espaços coloniais; no caso da América, tanto espanhola como portuguesa, há uma necessidade crescente de produzir um conhecimento mais objetivo de sua natureza e de suas possibilidades econômicas e científicas. Praticamente todo o conhecimento sobre o Brasil provinha, desde o século XVI, das poucas narrativas de viagem divulgadas na Europa, basicamente “de umas duas dezenas de relatos mais conhecidos” (FRANÇA, 2011, p. 20; FRANÇA, 2008, p. 19). Escassas narrativas, geralmente repetitivas, pouco originais e que, mesmo com a abertura dos portos em 1808 e maior afluxo de viajantes, pouco inovaram “nos seus temas e formas ou adquiriu tons de ‘descrição científica’” (FRANÇA, 2011, p. 20; FRANÇA, 2008, p. 20-21). Com essas limitações, para produzir-se um conhecimento mais objetivo da América era preciso instruir, educar os viajantes nos procedimentos descritivos adequados que pudessem produzir muito mais do que apenas “um esboço do Brasil” (FRANÇA, 2011, p. 21). A história natural promove um novo interesse pelo mundo, o que alarga o campo da descrição, como ressalta Reynaud; para este autor se

trata de uma espécie de “reação hiperbólica” ao descrédito e às restrições que pesavam sobre ela (REYNAUD, 1990, p. 349).

Entretanto, este programa de objetividade recebe um complicador na passagem do século XVIII para o XIX com o aparecimento de um narrador-personagem que baralha o que deveria se manter separado, ou seja, o programa de objetividade recebido da ciência e da Ilustração ao qual se incorpora a narrativa literária e pitoresca, um sujeito subjetivo que deve incorporar técnicas de narrativa literária para dar a ver o espaço, cuja apreensão e conhecimento passa agora também pelos sentidos de um público leitor não profissional. É nesse momento em que, curiosamente, as instruções de viagem vão desaparecendo como subgênero da viagem, em nosso corpo documental o século XIX contribui apenas com um autor que se detém sobre a instrução do olhar, o coronel Julian Jackson. Cientistas, naturalistas, soldados, aventureiros, novos peregrinos como Chateaubriand, literatos, já têm incorporado um desejo de conhecimento objetivo, derivado das viagens filosóficas do século anterior, mas também são guiados agora não apenas por um saber competente que ensina a ver e descrever, mas pela própria subjetividade, pelo olhar original de um pintor de quadros verbais originados de um imaginário muitas vezes romântico. O conhecimento produzido pela viagem não pode escapar de seu aspecto autobiográfico, da experiência direta do sujeito viajante, ainda que precise presumir “uma coincidência ontológica entre o viajante, o sujeito da enunciação e o do enunciado” (DEPETRIS, 2014, p. 133).

Cabe ressaltar que não há uma fronteira clara entre um viajante narrador científico e “objetivo” e um narrador romântico e “subjetivo”, pois nem o naturalista mais objetivo pode escapar de sua subjetividade, da descrição pitoresca ou da experiência concreta deste “eu” subjetivo que se defronta com o exótico; tampouco o narrador mais literato está isento da influência de uma descrição objetiva e “científica” como índice de fiabilidade de seu relato. A relação do viajante com a episteme ilustrada e racional é que, embora a descrição pitoresca estimule o uso da imaginação e da emoção do sujeito, ela “parte em realidade, de um naturalismo de ordem objetivo que se torna uma representação fortemente mimética” (DEPETRIS, 2014, p. 88). Outra relação que elas guardam entre si é que, como desejo demonstrar, mesmo as instruções ilustradas do século XVIII, produzidas muitas vezes por instituições científicas dedicadas à história natural, já presumem a necessidade de um conhecimento direto das sociedades, tanto num sentido antropológico de observação das culturas exóticas e “primitivas”, como é o caso de Joseph de Gérando e a Société de l’Observation de l’Homme, de um conhecimento político e social de sociedades estrangeiras, como insiste Josiah Tucker, por exemplo, imprescindíveis na educação das jovens elites de legisladores britânicos. Essas observações já supõem a necessidade de um sujeito que embora deva ser neutro e objetivo, deve ter a necessária percepção social, cultural e artística para decodificar os diversos âmbitos de uma

sociedade ou de um espaço, seja natural, seja social. Um sujeito que deve elaborar a realidade observada a partir de sua experiência concreta, direta, portanto também subjetiva. Por isso destaco nessas inúmeras instruções a forma como a sociedade, a cidade, espaço da política e da civilidade, na qual se podem conhecer os hábitos e costumes dos povos, são destacados como elementos necessários para um conhecimento científico do mundo que não se limita às riquezas naturais ou minerais que possam ser encontrados pelos curiosos impertinentes que se arriscavam em rincões desconhecidos e inóspitos do Globo (TORRÃO FILHO, 2010, p. 190ss).

Valéria Lima demonstrou, na diversidade que compõe a narrativa pitoresca de Debret, que impede para esta autora classificá-lo neste ou naquele gênero da literatura de viagem, como ele se aproxima metodologicamente das instruções e dos procedimentos indicados por Joseph-Marie de Gérando, compondo uma narrativa ao mesmo tempo histórica, artística, pitoresca e “antropológica” (LIMA, 2007, p. 218-219). Isso lhe permite, por exemplo, fazer uma leitura etnográfica da sociedade brasileira, de povo ainda na infância, ao qual os europeus deveriam trazer as Luzes e o progresso (LIMA, 2007, p. 220). A temporalização que a etnografia nesse momento faz do “primitivo”, como passado vivo do homem civilizado, se transfere para a leitura pitoresca de Debret da sociedade brasileira, também presa ao passado, à infância, à espera da aceleração de seu tempo em direção ao progresso, demonstrando como estão imbricados os discursos científico, pitoresco e romântico na prática de escrita de diversos viajantes. Na literatura de viagem moderna, como recorda Carl Thompson, há uma oscilação entre um modo semietnográfico e distanciado e um modo autobiográfico e emocional. O narrador por vezes oscila entre uma extrema subjetividade, sentimento, memória e imaginação, e uma extrema objetividade, procurando apresentar os fatos do mundo quase sem mediação narrativa (THOMPSON, 2011, p. 98). Esse caráter de oscilação é importante para que não consideremos ciência e pitoresco, razão e subjetividade, como polos opostos, excludentes ou como termos de uma sucessão cronológica de preceitos de viagem e de olhar. Eles são simultâneos, inúmeras vezes complementares, sempre dependentes de diversas mediações, ainda que um discurso científico por vezes demonstre ressalvas em relação a um excesso de subjetividade que pode prejudicar o processo de conhecimento. Essa oscilação é mais visível nas narrativas dos viajantes do que nas instruções que lhes são dirigidas, já que não necessariamente eles seguem suas indicações tal como estão formuladas.

Ao final do século XVIII as instruções representam uma especialização maior do trabalho do viajante, uma divisão do trabalho na qual este deveria recolher materiais e escrever sua narrativa de acordo com as prescrições recebidas, que seriam trabalhadas pelos sábios dos gabinetes e academias, encarregados de transformar os dados colhidos em conhecimento científico. Mas também uma noção utilitária das viagens, na qual o patriotismo e a filantropia exigem que qualquer viajante, profissional ou não, bem como colonos e administradores coloniais, pensem em tornar pública a experiência de

sua viagem, contribuindo para o aumento do conhecimento, como um “empenho moral a favor da própria sociedade” (BOSSI, 2005, p. X). As instruções servem para munir os viajantes de um “aparelho conceitual, de uma bagagem de aptidões práticas e teóricas tão indispensáveis quanto a bagagem material era para o bom termo de sua viagem” (COLLINI; VANNONI, 2005, p. 22). Elas impõem um duplo objetivo: educar e “dirigir o olhar dos viajantes, de um lado; regular os seus gestos e os seus modos de ação, de outro” (BOURGUET, 1997, p. 171). Não apenas os gestos e modos de ação, mas também a própria escritura da narrativa de viagem é codificada por essas normativas, instituindo formas de ver e modos de narrar específicos.

As instruções podem ser pensadas também como um desdobramento do próprio gênero, uma “reflexão teórica” que já estaria presente desde o século XVI em “textos liminares, epístolas ou prefácios, depois sob a forma de verdadeiros tratados” (DOIRON, 1995, p. 61). Para Doiron, com Descartes e seu *Discurso do Método*, escrito na forma de uma narrativa de viagem, a arte de viajar se torna um modelo discursivo, um método de conhecimento guiado apenas pela razão, no qual as “regras de uma poética do deslocamento se tornam as regras para a direção do espírito” (DOIRON, 1995, p. 64). A ambição dessas regras é de controlar “uma realidade tão fluida que pode, a cada instante, resvalar para a errância sem controle e autorizar todo tipo de desvio” (ROCHE, 2004, p. 53). A autoridade do conhecimento não está mais nos livros, nos escritos dos antigos, mas na experiência do mundo, uma experiência ao mesmo tempo sensível e racional, uma ambivalência que retorna a autoridade do saber ao livro, de onde aparentemente havia saído. Pois o viajante, guiado por normas e preceitos, vai verificar o livro do mundo sobre o terreno, “verificar em campo um texto anterior, sob a condição de constatar em seguida a sua inadequação e corrigi-lo, consertá-lo” (PASQUALI, 1994, p. 52-53); e esta correção será, em seguida, publicada num livro que constituirá uma nova autoridade. Uma verificação que necessita de um olhar arguto e treinado, para a qual os sábios parecem não confiar demasiado no viajante, retomando o estereótipo de mentiroso e observador superficial. Vítima de suas paixões, o viajante deve ser guiado corretamente, ensinado a ler o espaço e decodificar a realidade. Guia cada vez mais necessário desde que, como observa a instrução do Muséum d’Histoire Naturelle de Paris, se abandonaram os “sistemas para se limitar a observar os fatos e a comparar as observações, desde que se renunciou a decifrar a origem das coisas para conhecer bem seu estado atual”, desde enfim que se procurou deixar o domínio da imaginação para se “tomar a marcha das ciências exatas” (MUSÉUM, 1824, p. 34; KURY, 1998; KURY, 2001, p. 91-145).

Comecemos nossa leitura das instruções com Josiah Tucker (1713-1799), escritor de obras políticas, sobre economia e a emancipação de minorias religiosas como os judeus. Seu *Instructions for Travellers* é de 1758 e inicia-se como um plano para o aprimoramento moral e político por meio

da viagem (TUCKER, 1758, p. 1). Geralmente se viaja com um ou mais destes objetivos: fazer coleções de objetos curiosos; para aperfeiçoar-se em pintura, estatuária, arquitetura ou música; para obter a reputação de ser um homem de *Vertù* e de gosto elegante; para adquirir ares estrangeiros, e adornar suas “queridas pessoas” de roupas finas e novas modas, e sua conversação de novas frases; ou ainda, para extirpar preconceitos locais e adquirir essa “visão alargada e imparcial do homem e das coisas” que não pode ser adquirido em um único país. Este último objetivo é o mais adequado a um viajante moderno e é a quem se destinam suas instruções (TUCKER, 1758, p. 1).

Para este autor, a viagem é um método de estudo da sociedade, não apenas do mundo natural ou dos homens “selvagens”. Não serve exatamente para adquirir os rudimentos do conhecimento, mas é uma oportunidade para “fazer uma judiciosa aplicação de conhecimentos precedentes” (TUCKER, 1758, p. 6). As sociedades do mundo são, assim, laboratórios nos quais o viajante pode testar as suas teorias e o seu conhecimento prévio, por isso a necessidade de preparação do viajante. Tucker inicia tratando da religião, tema que o viajante deve ter muito claro antes de sua partida: se ele sai de seu país sem firmeza em seus princípios religiosos, corre o risco de voltar sem nenhum ou converter-se a uma má religião. Pois o objetivo da viagem não é que ele conheça novas religiões, mas que o contato com elas reforce suas convicções protestantes por meio da comparação, fazendo-o “indiferente a todas elas”, sobretudo aos “artifícios e falsidades da Igreja de *Roma*” (TUCKER, 1758, p. 7-8). A viagem confirma, reforça e exemplifica a teoria; daí a importância das leituras prévias, que devem instrumentalizar o olhar do viajante para uma compreensão adequada do mundo. Parte das instruções de Tucker se ocupa da discussão desta “biblioteca”, que aqui não tem mais o caráter fúgido de uma *memória*, mas a força prescritiva de um modelo.

Próximos da religião, e fazendo parte dela, estão a Ética, a Lei Civil e a Governança em geral. Trata-se de formar os futuros legisladores da nação: Tucker pode considerar que seus jovens viajantes são legisladores em potencial porque “numa Constituição como a nossa” não é improvável que estes jovens, um dia, venham a participar da produção das leis “pelo Bem de seu País” (TUCKER, 1758, p. 10-11). Ao adquirir um conhecimento adequado das leis britânicas, o futuro legislador pode então compará-los com os dos demais países que venha a visitar, e em seu retorno, formar um “Juízo verdadeiro” de suas próprias leis, sabendo quais são mais ou menos adequadas (TUCKER, 1758, p. 11). Diferentemente da religião, com relação às leis e à governança Tucker reconhece a possibilidade de que o viajante encontre exemplos adequados em outras nações, que possam ser aproveitados pelos ingleses.

O artigo seguinte trata do estabelecimento legal da Igreja na Inglaterra e a tolerância religiosa. Um viajante de “educação liberal”, ao conhecer outros países, deve ter claro como a Igreja se estabelece legalmente e em que medida são tolerados aqueles cujas consciências não seguem a maioria nacional (TUCKER, 1758, p. 12). Ele deve observar ainda o aspecto, dados quantitativos e

comportamento do povo, sua vestimenta, alimentação, moradia, suas realizações em agricultura, manufaturas, artes, e ciências, e os efeitos e consequências de suas determinadas causas, às quais ele foi “particularmente enviado para investigar e descobrir” (TUCKER, 1758, p. 15). A despeito de qualquer causa pessoal que determine a viagem deste ou daquele viajante, o próprio ato de viajar a um país estrangeiro deve ser entendido como uma missão à qual o jovem é enviado por sua nação, para contribuir, por meio de seu aprendizado e pelos exemplos que ele possa trazer e dividir com seus compatriotas, para o engrandecimento de sua nação.

Seguem-se várias questões, que já vêm acompanhadas de respostas; a maior parte delas não diz respeito aos países visitados, mas à própria Inglaterra, que afinal é o objeto de toda viagem ao exterior realizada pelo método patriótico de Tucker. Essa educação do olhar, dos sentidos e da mente deve fazer do viajante um observador atento, prevenido contra as “opiniões equivocadas do Populacho desvairado” (TUCKER, 1758, p. 32), pois dele depende a afirmação das virtudes inglesas e a correção dos caminhos equivocados. Tucker reconhece que as questões são muitas e os temas demasiado variados para que possam ser alvo da atenção de cada viajante. Portanto, um viajante judicioso deve atentar ao que seja realmente “singular, curioso ou extraordinário”, ao que deverá dar maior atenção, permitindo que “aperfeiçoe seu Raciocínio, ordene seus Pensamentos e Ideias em sua Ordem conveniente” (TUCKER, 1758, p. 22-23). Assim, se a Inglaterra é uma nação livre, na qual bens e riquezas adquiridos pelo comércio não são uma desonra, onde a propriedade é resguardada das prerrogativas de príncipes ou nobres e onde qualquer pessoa pode ostentar sua fortuna sem ser taxado por talha ou capitação (TUCKER, 1758, p. 39), era natural que o que deveria ser observado em outros países era quando esse sistema não era utilizado, ilustrando as desvantagens que isso acarretava ao país em questão, quase sempre mais pobre do que a Inglaterra, e que essa pobreza poderia ser explicada pelo mau uso dos recursos do sistema. Por exemplo, deveria o viajante atentar nos países papistas qual a proporção de feriados e procissões “pomposas”, tornadas supérfluas na Inglaterra depois da “feliz Reforma”, e quais as suas consequências sobre a indústria e a moral do povo. Uma das consequências que deveria ser notada era a quantidade de ordens religiosas e se elas inculcavam no povo o celibato e uma vida monástica e solitária, preferentemente a uma “vida ativa e industriosa” (TUCKER, 1758, p. 84-85).

A cidade não deve escapar à atenção do viajante como espaço onde podem ser observados o comércio, a indústria e a política locais. É preciso observar se os habitantes ocupam casas separadas ou se muitas famílias vivem atulhadas num único espaço, se isso ocorre por pobreza ou não. Se a maioria da população decora ou não a parte externa de suas casas, se ornamenta seus jardins, pois isso indica que não vivem em circunstâncias miseráveis, já que o “exterior é, neste caso, uma prova segura do interior” (TUCKER, 1758, p. 92). Além disso, esta decoração indica uma considerável

“quantidade de trabalho”. Em caso contrário, é preciso que o viajante observe para além da aparência miserável e decadente, se ela indica que os habitantes “nunca sentiram a benção da prosperidade ou se a perderam” (TUCKER, 1758, p. 93).

Dessa destacada harmonia entre religião e Estado, resulta a tolerância, que é inherente aos princípios da religião protestante, fundada no “direito ao julgamento pessoal” (TUCKER, 1758, p. 83). Se a viagem a países católicos serve para afastar o jovem da idolatria bárbara do catolicismo, a visita a um país protestante como a Holanda pode servir para renovar as qualidades intrínsecas da Reforma, que porventura pudessem estar esquecidas na Inglaterra. Tucker, habilmente, argumenta que os holandeses foram os primeiros a incorporar a tolerância religiosa à sua constituição civil, ainda que seus motivos tenham sido mais comerciais do que religiosos. A insistência na afirmação de que esta doutrina era adequada às leis civis e às normas religiosas da Inglaterra e a menção à Holanda fazem supor que Tucker esteja argumentando que esta tolerância precisasse ser recordada por meio dos exemplos que poderiam vir de fora, representando um retorno às verdadeiras raízes da Grã-Bretanha (TUCKER, 1758, p. 84). Esta primeira instrução que destacamos mostra bem como a viagem é uma rota pré-traçada por uma teoria bem estabelecida, mas que não deixa também de ser um instrumento de crítica e questionamento da própria sociedade, ainda que a partir de pressupostos claros e definidos.

O trabalho de John Coakley Lettsom (1744-1815) é voltado especificamente aos viajantes naturalistas e dedicado ao “grande Lineu”. Parte do pressuposto de que não há melhor método para aumentar os conhecimentos de história natural do que visitar países estrangeiros, prestando atenção aos diferentes objetos que eles produzem, “com mais ou menos deleite por sua novidade e variedade”. Mas esta pesquisa não deve levar em conta apenas uma “gratificação pessoal”, ela deve obedecer a um dever racional: “ser útil à sociedade por meio da repartição da felicidade entre nossos semelhantes”. A história natural aqui não é pensada de maneira isolada ou estanque: a repartição de felicidade que ela pode promover está intimamente ligada à informação sobre os diversos costumes e opiniões das diversas sociedades, sua agricultura, manufaturas, comércio, estado das artes, do conhecimento e das leis de diferentes nações que, quando corretamente investigadas, podem “aumentar o conhecimento humano e tornar os indivíduos sábios, melhores e felizes” (LETTSM, 1774, p. vii-viii). Temos aqui uma visão da história natural que não se limita ao mundo natural, mas às formas de organização social das diversas sociedades humanas, “civilizadas” ou “selvagens”. A natureza não interessa por si só, mas na medida em que pode contribuir para o progresso do homem e da sociedade, portanto as descrições sociais deverão ser objeto de atenção também do viajante naturalista.

Na primeira parte de seu trabalho, destaca as observações e questões sobre conhecimento, antiguidades, ritos religiosos e artes; costumes, festas e cerimônias religiosas; arquitetura tanto

exterior quanto interior de seus templos religiosos, dos edifícios públicos e privados; imagens, nomes e genealogias dos deuses e ídolos; utensílios sagrados e domésticos, castas e classes dos habitantes (LETT SOM, 1774, p. 68). A seção 2 dedica-se às manufaturas, artes e comércio, aproximando-se aqui de Tucker. A seção 3 é reservada a observações meteorológicas, alimentação, forma de vida, “economia animal”. Essa atenção com a natureza não exclui o homem de seus interesses, ao contrário; a natureza é, aqui, “o modelo da perfeição moral”, e se seu estudo se autonomiza em relação ao homem, “a natureza continua sendo ‘humanizada’ e se constitui enquanto espelho da sociedade. A busca da virtude social é também a das leis naturais” (KURY, 2001, p. 44).

Texto muito mais ambicioso será o do conde austríaco Leopold Berchtold (1759-1809), grande representante do pensamento patriótico e filantrópico do século XVIII. São dois volumes, o primeiro uma série impressionante de 2.443 questões divididas em 37 seções; o segundo, uma coletânea de diversos viajantes. Uma quantidade assustadora de temas e questões, um questionário cuja ambição é “de exaurir o mundo” (BLANCKAERT, 2005, p. 275). Berchtold está convencido, segundo Stagl, de que “o interesse do indivíduo, de seu país e da humanidade coincidem” (STAGL, 2006, p. 223); portanto, o bem-estar de todos eles deve ser o objetivo final de toda viagem. Ainda segundo Stagl, seu texto é uma “curiosa mistura de perspicácia e ingenuidade” (STAGL, 2006, p. 225); e realmente, embora seja um trabalho de fôlego, ele não tem a objetividade precisa e técnica de Lettsom, ou a acuidade e densidade intelectual de Tucker.

A viagem para Berchtold é uma obrigação do homem educado; uma pessoa que tivesse tido um conhecimento adequado de seu próprio país deveria, por meio de uma “prévia instrução e atenção bem orientada”, estar preparada para viajar e, assim, prestar “os mais essenciais serviços à humanidade em geral e a seu país em particular” (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. v). Se a biblioteca para ele é um auxílio importante para determinar os objetos dignos de atenção, ela não substitui a “experiência, o primeiro dos guias”, que lhe fornece o que “nem os livros ou o estudo podem ensinar” (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 2). O viajante não deve confiar apenas na informação de terceiros, exceto na impossibilidade de aceder a ela diretamente; pois somos “frequentemente iludidos por nossos próprios olhos, e ainda mais, se negligenciamos examinar as coisas nós mesmos” (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 34). Curiosamente o autor em seguida subverte a própria teoria; se a experiência é o maior dos mestres, o que melhor pode oferecer ao viajante um itinerário do olhar, ele deve, se não desprezar o que pode ser aprendido pela conversação com “homens de experiência e entendimento”, preferir instruções escritas. Porque “um *escritor*” – e o viajante é sempre um escritor em potencial – “tem mais oportunidade do que um *narrador*, de refletir os verdadeiros interesses de seus semelhantes, e a memória, ao mesmo tempo, será auxiliada” (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 2-3). Na verdade, sua opção preferencial pela instrução escrita, mais do que a memória do homem sábio,

é coerente com o objetivo de seu livro: a criação de uma série de preceitos viáticos, com o objetivo de estabelecer um roteiro de observação que só terá efeito, realmente, se transformado num livro, um guia, manual de conhecimento e de decifração da alteridade e de constituição da própria identidade.

A viagem deveria iniciar-se pelo seu próprio país, em companhia de “um amigo bem informado e inquisitivo” (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 14-15). Um conhecimento prévio do país a ser visitado também era fundamental para uma viagem bem-sucedida; o conhecimento de suas histórias passadas e presentes, dos relatos de outros viajantes, deveria ser comparado com suas observações para fazer um diagnóstico das causas de sua prosperidade ou decadência, sua estrutura, seus recursos, poder etc., destacando o que até então não tivesse sido convenientemente observado (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 17). O viajante filosófico deve olhar para a sua pátria “como um amigo doente, para cujo socorro ele pede conselho a todo o mundo” (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 85). As informações mais importantes são aquelas que têm uma evidente utilidade pública e que possam contribuir para “a felicidade da raça humana”; em seguida, tudo aquilo que pudesse estender a prosperidade da nação do viajante e o bem-estar de toda a humanidade; em terceiro lugar, aquilo que provocasse um aperfeiçoamento pessoal para o próprio viajante (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 19-20). A pobreza é uma das suas principais preocupações e deve ser especialmente observada, pois, sem se conhecer seu estado, “é impossível julgar com alguma certeza o grau de riqueza e poder de uma nação” (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 26).

Berchtold dá especial atenção ao desenvolvimento da agricultura, do comércio, à administração das finanças, à legislação e administração da justiça. A educação, uma grande preocupação sua, deveria ser atentamente observada, pois além dos exemplos que pudessem ser úteis à sua própria nação, era uma maneira fácil de julgar “o caráter nacional” do país visitado, pois os homens, em geral, “adotam o caráter e os costumes que a educação e o hábito energicamente lhes imprimem” (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 33). Berchtold incentiva a visita de províncias afastadas das capitais para aquele viajante que estivesse interessado em conhecer “o espírito, hábitos e costumes de uma nação”, que seriam mais facilmente encontráveis em sua forma original nestes locais mais distantes. Da mesma forma, seria mais fácil observar os bons ou maus efeitos da administração pública, do que naquelas províncias “mais próximas das metrópoles” e do centro do poder (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 38). Apesar disso, a visita às principais cidades era necessária, pois um dos objetivos da viagem era a observação das manufaturas e do mercado local, para informar-se das demandas de mercadorias do país visitado, para que o país do visitante pudesse enviar as mercadorias mais adaptadas às necessidades locais (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 40-41). O diário deve ser escrito de maneira a permitir que notas sejam anexadas, e em seu texto a verdade deve ser “religiosamente aplicada, e a elegância de estilo banida se ela for, por pouco que seja, desfavorável à veracidade” (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 44).

Da cidade, Berchtold trata indiretamente, fixando-se na organização da sociedade em geral, comércio, produção e administração. Mas há questões relativas ao tamanho das principais cidades e portos, e à frequência com a qual elas são mantidas limpas e o ar saudável (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 382-383). Deve-se estar atento para as iniciativas em tornar a cidade mais sã e agradável por meio de passeios públicos, jardins, termas, “divertimentos inocentes e agradáveis”; se a “polícia”, ou seja, a administração pública, estava atenta às apresentações teatrais e se “a moral dos habitantes não sofria dano com elas” (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 383-384). A qualidade das estalagens e das vias de transporte era um critério para definir o grau de desenvolvimento e de riqueza da nação visitada: quanto mais movimentadas as rotas de viajantes e mercadorias, mais próspero era este país (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 523).

Do ponto de vista material, dever-se-ia atentar para a forma de construção dos edifícios, se a forma da arquitetura era “sólida e elegante” e a distribuição dos cômodos conveniente. Se o mobiliário das casas era abundante ou escasso, simples ou elegante, cômodo ou caro (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 421). As cerimônias e festas públicas, os casamentos e divertimentos também eram objeto de observação para o viajante filosófico, e um item especial era a educação e as leis concernentes às mulheres, até mesmo se havia algum tipo de exercício físico para elas, e se recebiam usualmente “mais do que uma instrução medíocre em economia doméstica”, e o quanto se estendia a educação das damas de qualidade (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 424). As instituições religiosas eram uma preocupação importante para este autor; era necessário ter uma ideia da história do estabelecimento da religião no país visitado, da tolerância religiosa que pudesse existir, das medidas que o governo tinha nos países católicos para prevenir que o clero “adquirisse grandes propriedades fundiárias”, ou que as ordens religiosas se tornassem excessivamente ricas; como o governo utilizava os monges de maneira mais útil, e que tipo de assistência elas davam à conversão ao Cristianismo, ao auxílio dos pobres e à redenção dos cativeiros na Barbária (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 434-436). Assim como Tucker, Berchtold se ocupa da decoração e da limpeza das casas e dos jardins, que indicam uma quantidade de trabalho despendida, índice da capacidade produtiva deste povo (BERCHTOLD, 1789, v. 1, p. 525).

É verdade que o método de Berchtold é impossível de ser seguido por um único viajante, dada a quantidade absurda de questões de seu trabalho, um “exaustivo *tour de force*, quase uma monstruosidade na qual a pesquisa social moderna atingiu o seu limite mais extremo” (STAGL, 2006, p. 227). Seu maior impacto foi a resposta simplificadora do conde de Volney (1757-1820) em suas *Questões de Estatística*, que não nega a sua importância, mas se propõe muito mais aplicável e sensata. O *Patriotic Travellers*, se não encontrou um impacto maior devido à sua qualidade pouco pragmática, não foi de todo um fracasso; ele leva ao limite, como observou Stagl, um método de

observação que já estava em pleno uso na passagem do século XVIII para o XIX, desenvolvendo trabalhos anteriores, de Tucker e Lettsom, por exemplo, ou indicando o caminho para Volney. O método de Berchtold talvez não tenha tido o impacto que desejava porque já estava introjetado na prática descritiva da maior parte dos viajantes.

A viagem aos mundos exóticos é vista como viagem ao passado primitivo da humanidade, na qual o viajante reconhece a própria infância de sua civilização. E é justamente a metáfora da infância que Volney usará para diferenciar o bom do mau pesquisador. Para ele, a arte de questionar é a arte de se instruir; as crianças são grandes questionadoras, afirma, mas, como são ignorantes, suas questões são mal colocadas ou mal dirigidas. No mundo dos sábios, uma classe essencialmente questionadora é a dos viajantes, e para que eles se tornem bons sábios, é necessário que abandonem a infância e passem a questionar o próprio ato de viajar enquanto processo de conhecimento (VOLNEY, 1825, p. 377).¹ Daí a publicação em 1795 de seu *Questions de statistique à l'usage des voyageurs*, no *Magasin Encyclopédique*, obviamente influenciado e em resposta ao trabalho exaustivo de Berchtold (DENBY, 2003, p. 104-105; KURY, 2001, p. 107-108). Para Volney, ver bem é fundamental para o estabelecimento da verdade, pois toda verdade “não é mais do que o resultado de uma longa experiência, isto é, de muitos fatos bem vistos e judiciosamente comparados”. A comparação, judiciosa e meditada, das observações feitas pelos viajantes ajudaria aos governos a estabelecerem “seja verdades novas, seja a confirmação de verdades conhecidas, seja enfim a refutação de erros adotados” (VOLNEY, 1825, p. 380). Todas essas verdades reconhecidas tendem a fins de “utilidade pública e social”, mesmo as informações mais científicas ou abstratas.

Suas questões de estatística dizem respeito ao Estado físico e político do país, ao clima, ao estado do solo, aos produtos naturais, à população, à agricultura (que tem o maior número de questões), à indústria, ao comércio e ao governo e administração. Baseado nas questões de Berchtold, Volney reduziu-as a 135, de acordo com um método já posto em prática na sua *Voyage en Syrie et en Égypte*, publicada em 1787. Neste texto ele afirma que, à maioria dos viajantes, havia faltado o tempo e o domínio da língua local para o verdadeiro conhecimento do país visitado. Sem a língua não se pode apreciar o gênio e o caráter de um país. “Sem o tempo não podemos julgar judiciosamente; pois o primeiro aspecto dos objetos novos nos espanta, e faz brotar a desordem em nosso espírito; é necessário esperar que o primeiro tumulto seja acalmado, e é preciso voltar mais de uma vez à observação para se assegurar de sua exatidão” (VOLNEY, 1787, v. 1, p. vi). Seu método pressupõe um amor imparcial da verdade, impedindo “todo quadro de imaginação, ainda que eu não ignore as vantagens da ilusão para a maioria dos leitores; mas eu penso que o gênero de viagens pertence à História, e não aos Romances” (VOLNEY, 1787, v. 1, p. vii-viii). A viagem é para ele uma parte da construção do conhecimento histórico, uma maneira de questionar as fontes, ter acesso às fontes vivas, monumentos, ruínas, a diversidade de povos, culturas e formas de administração existentes no

mundo. Volney exclui a viagem apenas por divertimento: o patriotismo e o amor à humanidade exigem que o viajante esteja capacitado a reportar o que viu da maneira mais correta possível, para que as suas informações possam ser úteis ao seu país e ao gênero humano, no que mantém a tese principal de Berchtold, da viagem como instrumento da filantropia e da repartição da felicidade entre os homens. Uma desconfiança cartesiana com relação aos sentidos, ainda que afirme que é em vão que se prepare, pela leitura dos livros, “ao espetáculo dos usos e costumes das Nações”, pois “o efeito dos relatos sobre o espírito” está sempre distante do efeito “dos objetos sobre os sentidos” (VOLNEY, 1787, v. 1, p. 1). Ainda assim, ao se buscar a verdade deve-se renunciar à predominância dos sentidos.

Como afirma Lepetit (2001, p. 93): “Ver bem e reportar o que se viu: o método de Volney é baseado na observação direta. Às falsas imagens pintadas pelos relatos enganadores, ele opõe a experiência sensorial do mundo”. E se o mundo “impõe aos sentidos a evidência dos objetos que o compõem, a descrição deve apoiar-se num princípio seletivo: deve buscar-se menos a exaustividade do que a exemplaridade do traço que constitui o indício” (LEPETIT, 2001, p. 97). Segundo Chinard (1923, p. 144), a originalidade científica de Volney é ter sido o primeiro a ter “criado e aplicado um método exato ao estudo de um país determinado”, no que se afasta de “todos os viajantes que o precederam”. Seriam os elementos de “um verdadeiro discurso do método – teoria e prática – da viagem” (DOMENECH, 1998, p. 246). Volney teria criado um método mais apto a “assimilar o discurso da alteridade com relação ao cosmopolitismo filosófico, pela demonstração de teses pré-estabelecidas” (PUGLIESE, s/d, p. 5). Se nas questões de estatística há um peso muito grande dado à produção agrícola, na *Voyage* a cidade aparece como principal local da alteridade, espaço da exemplaridade que dá imagem e substância ao mundo que se conta. Mesmo marcado por uma sensibilidade pitoresca, sua descrição privilegia menos a “particularidade dos locais”, como diz Lepetit, do que os “princípios da organização social”; em seu texto, a organização do espaço “e a organização da sociedade são exatamente redutíveis uma à outra. Dizer uma é dizer a outra, e o mapa é exatamente uma redundância da descrição analítica da sociedade” (LEPETIT, 2001, p. 100-101), aproximando-o assim de uma leitura científica da viagem. Estetização pitoresca e objetividade científica se mesclam para compor o método de observação de Volney, demonstrado o esgotamento do olhar puramente técnico como tarefa principal do olhar do viajante.

Para Stagl (2006, p. 269), a obra de Volney faz parte de um desejo de fundar uma ciência do homem, cujo “óbvio alicerce empírico” era a “viagem”. Neste sentido ele está bem próximo da Société des Observateurs de l’Homme e de Joseph de Gérando (1772-1842), um de seus membros mais ativos e conhecidos, cujo texto “*Considérations sur les divers méthodes à suivre dans l’observation de peuples sauvages*”, de 1800, foi escrito para orientar a expedição de Baudin às terras austrais. Suas considerações se dirigem ao “viajante filosófico que navega em direção às

extremidades da terra”, além de “atravessar, com efeito, a sucessão das épocas; ele viaja pelo passado; cada passo que ele dá é um século que ele transpõe. Estas ilhas desconhecidas às quais ele atinge, são para ele o berço da sociedade humana” (GÉRANDO, 1978, p. 131). Assim como em Volney, a viagem desvela a infância do mundo, na qual os homens e civilizações encontrados são monumentos da origem do homem, documentos de sua evolução e, às vezes, ruínas de sua decadência. O objetivo de suas instruções era disciplinar a curiosidade “de novidades que impressionam os sentidos” do homem curioso, por meio de “instruções direcionadas à sua razão” (GÉRANDO, 1978, p. 133). As curiosidades dão à narrativa uma série de “descrições bizarras”, que divertem mas não fornecem “nenhuma instrução útil ao espírito do filósofo” (GÉRANDO, 1978, p. 137). Estes homens que se deslocam pelo mundo, num “longo exílio” voluntário ao qual são condenados, cheios de privações, estes ilustres “mensageiros da filosofia, pacíficos heróis” (GÉRANDO, 1978, p. 167), devem ser louvados, mas nunca deixados à sua própria curiosidade. Suas narrativas devem obedecer às normas dos sábios, para que possam ser transformadas em verdadeiro conhecimento. Este viajante amigo da filosofia é bem diferente, por exemplo, daqueles que Colombo jogou na América, nada mais do que “ávidos conquistadores”; os viajantes filosóficos vão aos povos do “sul na qualidade de pacificadores e amigos”. Enquanto os aventureiros espanhóis não deixaram diante deles mais do que “destruição”, esses novos viajantes-sábios devem levar-lhes benefícios e felicidade (GÉRANDO, 1978, p. 169).

Mais do que relações de comércio e de administração, Gérando está preocupado com a linguagem, os gestos, sensações, formas de educação física e moral, “opiniões e julgamentos”, “faculdades da imaginação”, memória, vida doméstica, amor, casamento, vida religiosa, virtudes, afetos. Para Blanckaert (2005, p. 281), “a predeterminação do objeto é colocada implicitamente na base mesma do questionário”, havendo uma contradição entre a declaração de intenções de observar o mundo “sem ideias pré-concebidas” e a montagem das questões nas quais “a hipótese tem um papel preliminar seletivo”, deixando entender que o autor, ao formulá-las, conhece já os resultados. Gérando (1978, p. 162) já sabe, por exemplo, que entre os benefícios, que os viajantes-sábios devem levar aos povos selvagens estão as condições para que eles abandonem o nomadismo e passem à condição de pastores ou agricultores, abrindo-lhes, assim, “a via mais segura que pudesse conduzir-lhes às vantagens da civilização”. Por meio desses deslocamentos de sábios europeus, um “mundo novo” se formaria nas “extremidades da terra; o globo inteiro coberto de habitantes mais felizes e mais sábios” (GÉRANDO, 1978, p. 168).

Esta necessidade de ordenar o olhar do viajante já estava colocada em toda a discussão sobre viagens do século XVIII. Na célebre expedição de Entrecasteaux, em busca do desaparecido La Pérouse, são elaboradas diversas instruções não apenas para o resgate do navegador desaparecido, inicialmente o que justificava a expedição, mas também para novas observações e descobertas.² Elas são justificadas com o objetivo de saldar uma dívida para com os homens devotados ao interesse

público e “vítimas de seu zelo”, os que desapareceram junto a La Pérouse, assim como a utilidade de descobrir novas e imensas riquezas naturais do mundo (MUSEUM, 1791a). Numa instrução parcial, lida à Société d’Histoire Naturelle em 18 de fevereiro de 1791, o cidadão e naturalista Richard salienta que o “tumulto da navegação, o incômodo da leitura e a precipitação forçada na observação”, além de todas as preparações necessárias e “outras dificuldades inseparáveis das viagens de longa distância”, podiam expor os naturalistas a diversos esquecimentos; seriam então imprescindíveis instruções bem detalhadas, fazendo com que a sua leitura, em algumas poucas páginas, pudesse colocar a “memória em guarda contra estes esquecimentos”. Embora o título daquela instrução diga respeito à mineralogia, o texto trata de zoologia, das interações do homem com a natureza e da própria atividade da viagem filosófica. A instrução insiste sobre a necessidade de se observar a constituição física dos animais, mas também suas “qualidades morais; tais como a audácia, a timidez”, bem como a expressão de “suas paixões”. E sobretudo, numa seção intitulada “Réflexions”, chama a atenção para a necessidade de não se negligenciar o estudo do ser “orgulhoso de sua superioridade sobre os outros”; uma superioridade que não pode ser mais bem demonstrada do que “pela faculdade que ele tem de penetrar o mecanismo de todos” os outros seres (MUSEUM, 1791b).

Entrado o século XIX, uma mudança ocorre com essas instruções. O trabalho do naturalista ou do viajante filosófico já não precisava mais de instruções nem de guias de trajeto, que eram agora enviadas diretamente aos comandantes das expedições em forma de cartas. A partir de agora, é necessário instruir-se um novo olhar, para um viajante pitoresco, interessado em formar um quadro vivo da natureza e dos progressos da civilização dos povos exóticos. O narrador deve se tornar, então, um pintor da palavra.

Um olhar pitoresco

No século XIX a preceptiva da viagem não pretende mais orientar a atividade e a narrativa do viajante cientista, mas indicar as formas de descrição de uma paisagem pitoresca, cujo objetivo é atrair a atenção de um público que não se interessava por uma ciência “seca e desinteressante”. A descrição pitoresca, para o coronel geógrafo Julian Jackson (1790–1853), poderia ser um “acessório atraente” na divulgação da geografia; se os leitores de obras de geografia eram infinitamente menores do que as “multidões” que “devoravam avidamente as narrativas de viagem”, esse número seria ainda menor se os autores não admitissem em suas descrições de locais “os retratos vivos pintados” pelos viajantes (JACKSON, 1835, p. 381). Jackson recomenda que os viajantes, para interessarem ao leitor comum, tenham “especial atenção ao pitoresco em suas descrições de hábitos, costumes, e sentimentos”. Sentimentos e ações, diz o autor, podem não ser assuntos aparentemente apropriados

do pitoresco, mas qualquer tópico moral “é suscetível de ser representado por uma pintura verbal” (JACKSON, 1835, p. 382). Esta imagem retórica tão forte, de uma *pintura verbal* que nos reproduz as ações morais dos homens e seus sentimentos, está de acordo com o que diz Burke em seu conhecido trabalho sobre o Belo e o Sublime, sobre a força das palavras sobre a imaginação e as sensações. Para ele, objetos naturais, a pintura e a arquitetura nos imprimem uma impressão e afetam nossos sentidos; mas as palavras, diz ele, “nos afetam de uma maneira diferente”, pois elas “excitam as ideias de beleza e sublimidade tão bem como qualquer destas coisas, e às vezes, muito mais do que elas” (BURKE, 1990, p. 163). Outro autor que confiava no poder das palavras era o conde de Buffon, para quem sempre “houve homens que souberam mandar nos demais pelo poder das palavras”, mas apenas em séculos ilustrados “se escreveu bem e se falou bem”. Se a oratória era útil ao exercício do poder, a boa escrita, a palavra bem colocada expressando a eloquência do pensamento, era característica das eras mais sábias (BUFFON, 2004, p. 18). Em Buffon, a escrita já ultrapassava a pintura, uma vez que o pintor “não pode apresentar mais do que ‘a ação do momento’, enquanto o escritor dispõe do tempo” (REYNAUD, 1990, p. 366).

Jackson propõe um método de aproximação às sociedades exóticas por meio de uma descrição pitoresca, emprestando um conceito inicialmente proposto para a pintura, para provocar uma empatia do leitor para com as sociedades descritas, assegurando uma eficácia ao texto na persuasão e exatidão do “quadro” descrito, contribuindo para uma compreensão mais acurada dos povos visitados. A simples descrição de costumes e disposições dos vários povos, a denominação de cruéis ou humanos, bravos ou covardes, alegres ou sérios, fracos ou reservados, indolentes ou industrioso, tolerantes ou fanáticos, inteligentes ou estúpidos, não é suficiente para formar um juízo correto desses mesmos povos; para isso, é necessário “fazer-nos assistir como atores, ou ao menos como espectadores, nas cenas mais calculadas para dar-nos uma familiaridade íntima com as pessoas sobre quem nós lemos”. Isso requer muito mais do viajante: “arte e talento de uma ordem superior, para a qual nestes casos o narrador deve ser frequentemente também um ator”, mas evitando um pecado ao qual muitos viajantes sucumbiram, de fazer “deles mesmos a principal personagem de suas histórias” (JACKSON, 1835, p. 383).

Jackson reconhece que, para descrever alguns “objetos materiais”, as pinturas ou pranchas eram mais convenientes, pois num olhar rápido se poderia perceber mais do que na mais acurada descrição. No entanto, muitas vezes o preço dessas imagens impedia que elas fossem feitas. De todo modo, para ele, os desenhos de um livro de viagem deveriam servir apenas para dar uma “ideia mais correta dos objetos mencionados no texto. Às pranchas falta vida e movimento; é tarefa do texto animar a cena, dar vivacidade à paisagem, fazer as figuras moverem-se e falarem” (JACKSON, 1835, p. 383). A descrição será mais precisa quanto mais puder capturar “a peculiaridade mais notável da paisagem, seja resultado de causas naturais, seja da indústria humana”. A visão do pitoresco de

Jackson é mais ampla do que a maior parte dos autores que, segundo ele, creem que o pitoresco só se aplica aos objetos que podem ser pintados; o viajante deve buscar a descrição pitoresca que tenha um significado maior do que a imagem, em cenas que serão “melhor descritas por meio dos sentimentos morais que elas inspiram” (JACKSON, 1835, p. 385). Imagens de “cenários” que sejam apenas “jogadas” nos livros de viagem para “ocupar espaço ou entreter a imaginação” têm pouco valor, sobretudo considerando que seu objetivo é instigar nossa “simpatia pelas desvantagens naturais sob as quais vivem certas nações, ou destacar os peculiares benefícios que uma nação admirável produz, juntamente com a influência moral em ambos os casos sobre as mentes, disposições e caráter dos homens”, além de adicionar “vigoroso interesse à narrativa do viajante” (JACKSON, 1835, p. 385-386).

O coronel Jackson pôde desenvolver mais suas ideias em outro texto de mais fôlego, de título sugestivo: “What to Observe; or the Traveller’s Remembrancer”, no qual propõe um guia do olhar, um recordatório de formas de observação para os viajantes não iniciados e para os demais que porventura se esquecessem dos vários objetos dignos de nota. Propõe recordar ao viajante o imenso campo de “investigação física e moral” que era o mundo e a possibilidade de “alargar a esfera de suas próprias ideias”, bem como adquirir os meios de “comunicar aos outros a grande massa de informações valiosas ou interessantes” (JACKSON, 1845, p. v). Embora parecidas às outras instruções que vimos anteriormente, há uma mudança de enfoque, já demonstrada em seu artigo. A imagem pitoresca, para ele a mais adequada para a descrição de viagens, dependia de uma paisagem diferente daquela que os pintores pitorescos do século XVIII privilegiavam, que eram as cenas bucólicas de uma natureza domesticada e humanizada, de jardins e vilarejos. Se Jackson não despreza estas paisagens, para ele o pitoresco se apresentava mais bem definido numa paisagem moralizada, que dependia da ação humana e das relações entre os homens, que não podiam prescindir do cenário civilizado da cidade.

Os dados sobre a população, como procedência, religião, língua, classe social e profissões devem servir para formar um “quadro do estado moral e físico do país” (JACKSON, 1845, p. 217-218). Assim, especial atenção deve ser dada aos costumes, hábitos e princípios desta população, pois o caráter moral de um país está intimamente conectado com a sua riqueza, religião, leis e clima. Os homens têm “costumes antes de ter leis, e estes costumes primitivos geralmente devem sua origem ao clima de um país e às ocupações de seus habitantes” (JACKSON, 1845, p. 220-221). Há então uma relação natural entre povos não civilizados e seus hábitos morais, ainda presos às suas origens, enquanto os povos mais civilizados, ao contrário, modificam seus hábitos e “a natural e direta influência do clima e da ocupação é neutralizada por necessidades externas”. Por isso os hábitos dos selvagens são simples e facilmente identificáveis, enquanto os dos civilizados são “complexos,

difícies de compreender, frequentemente contraditórios, e sua origem obscura” (JACKSON, 1845, p. 221).

Com relação à arquitetura, Jackson propõe um itinerário do bom gosto: inicialmente pede uma apreciação atualizada da arquitetura, que não leve em conta nos edifícios notáveis apenas a presença de pórticos, pilastras, com partes recortadas e salientes, flanqueados por amuradas etc. Ao contrário, o bom gosto definia-se justamente pela presença limitada destes elementos. A beleza em arquitetura não consistia nem na ausência desses elementos nem na “profusão de embelezamentos”, mas muito mais numa “feliz composição de simplicidade, elegância, bela proporção, e uma perfeita adaptação do caráter do edifício à sua particular destinação” (JACKSON, 1845, p. 394-395). É a boa combinação de uso e beleza que dá ao edifício sua “perfeita conveniência, sem a qual não há verdadeira beleza em arquitetura”, tanto para um palácio quanto para uma simples residência (JACKSON, 1845, p. 395). E como em toda instrução de viagem, muitas questões já vêm com suas respostas prontas: a profusão de gastos imensos na construção de templos de “decoração ridícula e falsa”, particularmente em países católicos, seria, para o autor, “mais do que suficiente para a construção de uma conveniente Basílica”. Ao contrário de se ver empobrecida, a cidade ganharia muito em simplicidade e não mais seria “hostil à beleza” (JACKSON, 1845, p. 396-397). As casas construídas de forma quadrangular, com um pátio no meio a partir do qual os quartos recebiam luminosidade, sem janelas para o exterior, eram típicas de países onde se costumava enclausurar as mulheres (JACKSON, 1845, p. 236).

A arquitetura para o coronel Jackson é uma materialidade do caráter nacional de cada povo, por isso uma atenção especial deve ser dada a ela: numa nação influenciada por um particular sentimento de mesquinhez ou fantasia, encontramos uma arquitetura da nudez, em lugar de simplicidade, e da extravagância em lugar da beleza; um povo frívolo teria formosura até na arquitetura; verdadeira beleza e sublimidade seriam características de um povo “avançado em real grandeza”; um povo cruel e atrabiliário teria uma arquitetura lúgubre e melancólica, como os calabouços da inquisição ou os claustros dos monges trapistas (a referência aos países católicos é evidente); um povo econômico e calculista não construiria nada mais além do necessário, cujos escassos monumentos seriam simples e sólidos. “Um povo realmente civilizado, com um sólido julgamento e um gosto purificado, terá edifícios de cada um destes caracteres de acordo com a conveniência de seus respectivos objetivos” (JACKSON, 1845, p. 399).

Essas instruções e a própria literatura de viagens nos indicam como se constitui neste momento um saber sobre o homem que busca, em várias frentes, uma hermenêutica e uma teoria desse conhecimento. Ela se apresenta sob variadas formas, nas quais o homem ainda está se destacando da História Natural, sendo acolhido em seguida pela Antropologia. A literatura, a pintura, as artes gráficas são ainda auxiliares, tanto quanto as ciências físicas e morais, neste empreendimento

de compreensão do homem e de suas formas morais, políticas e materiais. Jackson põe em prática uma técnica antiga, bastante popular no século XVII, mas ainda viva no XIX, a *Ut Pictura Poesis*, que possibilitava “tornar visível a Ideia por meio de agudezas” (HANSEN, 1995, p. 202), ou seja, tornar visível por meio de imagens e de palavras: assim uma imagem podia ser lida como um texto e o texto poderia ser tão pictórico quanto a imagem. “Assim como o pincel imita os *topoi* narrativos das ecfrases de autoridades, também a pena deve imitar o pincel, produzindo metáforas visualizantes de efeitos maravilhosos, adequados simultaneamente à utilidade e ao prazer” (HANSEN, 1995, p. 203). Embora o coronel Jackson aposte na maior efetividade pictórica, ou pitoresca, do texto, pois para ele, “o poder das palavras é necessário quando aquele que viu se dirige àqueles que não viram. Por que as palavras têm o poder de fazer ver”, e só lhes é necessário, diz Augé (2003, p. 72), “estimular a imaginação dos outros, liberar neles o poder de criar, por conta própria, uma paisagem”.

Vemos que o programa de objetividade construído pelas artes apodêmicas desde o século XVII recebe um complicador no aparecimento de um narrador-personagem que baralha o que deveria se manter separado, ou seja, o que descreve o local e a ação com aquele que a vive diretamente, quando a “episteme imparcial se perde cada vez mais no estado de ânimo do diarista” (DEPETRIS, 2007, p. 45). Aqui se corre o risco de que o narrador funcione como personagem e a personagem atue como narrador levando o relato para o perigoso campo da *literariedade* (DEPETRIS, 2007, p. 48), descumprindo, ou pelo menos tornando mais complexo, o seu programa inicial de objetividade. Nessa moderna viagem, na qual convive um desejo de produção de conhecimento científico, histórico e social, ocorre “um deslocamento pelas geografias dos mundos através da geografia íntima do viajante” (DEPETRIS, 2007, p. 79). Misturando o referente com o imaginário, privilegia uma ordem de representação sobre a apresentação, “o testemunho verídico é suscetível de deslizar-se até a fantasia”, utilizando-se de uma mimese já não mais referencial, mas poética, que define uma nova verdade (DEPETRIS, 2007, p. 93-95). Instruções como as do coronel Jackson subvertem aquilo que será desmontado ao longo do século XIX, uma pretensão de objetividade conseguida por meio de um olhar neutro e racional, construindo uma topografia imaginária, que apresenta o mundo por meio de um relato permeado pela literatura, pela subjetividade e por uma sensibilidade pitoresca, dando mais complexidade ao gênero.

Referências

AUGÉ, Marc. *Le temps en ruines*. Paris: Galilée, 2003.

BERCHTOLD, Leopold. *Essay to direct and extend the Inquiries of Patriotic Travellers*. Londres: Ed. do Autor, 1789. v. 1.

BLANCKAERT, Claude. Il fatto e il vapore. Discipline dell'osservazione nelle istruzioni etnografiche (secoli XVIII-XIX). In: BOSSI, Maurizio; GREPPI, Claudio (eds.). *Viaggi et Scienza. Le istruzione scientifiche per i viaggiatori nei secoli XVII-XIX*. Florença: Leo S. Olschki, 2005, p. 261-286.

BOSSI, Maurizio. La virtù dell'osservazione. In: BOSSI, Maurizio; GREPPI, Claudio (eds.). *Viaggi et Scienza. Le istruzione scientifiche per i viaggiatori nei secoli XVII-XIX*. Florença: Leo S. Olschki, 2005, p. VII-XIX.

BOURGUET, Marie-Noëlle. La collecte du monde: Voyage et histoire naturelle. In: BLANCKAERT, Claude; COHEN, Claudine; CORSI, Pietro; FISCHER, Jean-Louis (dirs). *Le Muséum au premier siècle de son histoire*. Paris: MNHN, 1997, p. 163-196.

BUFFON, Georges-Louis Leclerc, conde de. *Discurso sobre el estilo*. Trad. Alí Chumacero. México, DF: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

BURKE, Edmund. *A philosophical enquiry into the origin of our ideas of the Sublime and Beautiful*. Ed. James T. Boulton. Oxford, RU: Basil Blackwell, 1990.

CHINARD, Gilbert. *Volney et l'Amérique*. Baltimore; Paris: The Johns Hopkins Press; Presses Universitaires de France, 1923. v. 1.

COLLINI, Silvia; VANNONI, Antonella (eds.). *Les instructions scientifiques pour les voyageurs* (XVII^e-XIX^e siècles). Trad. Marc Rives. Paris: L'Harmattan, 2005.

DENBY, David. Enlightenment travel accounts: Constantin de Volney. In: CONROY, Jane (ed.). *Cross-Cultural Travel*. Nova Iorque: Peter Lang, 2003, p. 99-110.

DEPETRIS, Carolina. *El héroe involuntario*. Frédéric de Waldeck y su viaje por Yucatán. Mérida: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.

DEPETRIS, Carolina. *La escritura de los viajes*. Del diario cartográfico a la literatura. Mérida: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007.

DOIRON, Normand. *L'Art de Voyager*. Le déplacement à l'époque classique. Sainte Foy; Paris: Les Presses de l'Université Laval; Klincksieck, 1995.

DOMENECH, Jacques. Volney voyageur moraliste. L'interaction entre discours des Lumières et Récit de voyage. In: LINON-CHIPON, Sophie; MAGRI-MORGUES, Véronique; MOUSSA, Sarga(eds.). *Miroirs de textes. Récits de Voyage et Intertextualité*. Paris: CRLV, 1998, p. 243-253.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. A construção do Brasil no pensamento europeu dos séculos XVI, XVII e XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 7-24, jul./dez. 2011.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. A França Antártica e a criação de padrões narrativos sobre o Brasil e os brasileiros. *História*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 15-27, 2008.

GAZIELLO, Catherine. *L'expédition de Lapérouse*. 1785-1788. Réplique française aux voyages de Cook. Paris: CTHS, 1984.

GÉRANDO, Joseph-Marie de. Considérations sur les divers méthodes à suivre dans l'observation des peuples sauvages. In: COPANS, Jean; JAMIN, Jean (eds.). *Aux origines de l'Anthropologie Française. Les Mémoires de la Société des Observateurs de l'Homme en l'an VII*. Paris: Le Sycomore, 1978, p. 127-169.

GILPIN, William. *Three essays: on picturesque beauty; on picturesque travel; and on sketching landscape: to which is added a poem, On landscape painting*. 3 ed. Londres: T. Cadell, W. Davies, Strand, 1808.

HANSEN, João Adolfo. *Ut Pictura Poesis e verossimilhança na doutrina do Conceito* no século XVII. In: VV.AA. *Para Segismundo Spina. Língua, filogia, literatura*. São Paulo: Edusp, Iluminuras, 1995, p. 201-214.

JACKSON, J. R. On Picturesque Description in Books of Travels. *The Journal of the Royal Geographical Society*, Londres, John Murray, n. 5, p. 381-387, 1835.

JACKSON, J. R. *What to observe; or the Traveller's Remembrancer*. 2 ed. Londres: Madden and Malcolm, 1845.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”? In: *Textos Seletos*. Trad. Raimundo Vier, Floriano Fernandes. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 100-117.

KURY, Lorelai. *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*. Paris: L'Harmattan, 2001.

KURY, Lorelai. Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830). *Revue d'Histoire des Sciences*, Paris, v. 51, n. 1, p. 65-91, 1998.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Trad. Cely Arena. São Paulo: Edusp, 2001.

LETTSOM, John Coakley. *The Naturalist's and Traveler's Companion*. 2 ed. Londres: C. Dilly, 1774.

LIMA, Valéria. *J.-B. Debret, historiador e pintor. A Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)*. Campinas: Unicamp, 2007.

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MUSEUM National d'Histoire Naturelle. Dossier I. Observations générales de la Société d'histoire naturelle sur le voyage à entreprendre pour aller à la recherche de M. De la Peyrouse. Paris, Ms. 46. 1791a.

MUSEUM National d'Histoire Naturelle. Dossier VI. M. Richard. Instruction partielle pour les voyageurs-naturalistes. Minéralogie. Paris, Ms. 46. 1791b.

MUSÉUM Royal d'Histoire Naturelle. *Instruction pour les voyageurs et pour les employés dans les colonies sur la manière de recueillir, de conserver et d'envoyer les objets d'Histoire Naturelle*. Paris: A. Belin, 1824.

PASQUALI, Adrien. *Le tour des horizons*. Critique et récits de voyages. Paris: Klincksieck, 1994.

PUGLIESE, Genny. Voyager avec les idéologues: Constantin-François Chasseboeuf de Volney. *Revue Française*. Pietermaritzburg, Université de Natal, n. especial, s/d. Disponível em: <<http://revuefrancaise.free.fr/Pugliese.htm>>. Acesso em: nov. 2007.

REYNAUD, Denis. Pour une théorie de la description au 18^e siècle. *Dix-Huitième Siècle*, Paris, n. 22, p. 347-366, 1990.

RICHARD, Hélène. *Le voyage d'Entrecasteaux à la Recherche de Lapérouse*: Une grande expédition scientifique au temps de la Révolution française. Paris: CTHS, 1986.

ROCHE, Daniel. *Humeurs vagabondes*. De la circulation des hommes et de l'utilité des voyages. Paris: Fayard, 2004.

RUBIÉS, Joan-Pau. Instructions for travellers: teaching the eye to see. *History and Anthropology*. Cambridge, King's College, v. 9, n. 2-3, p. 139-190, 1996.

STAFFORD, Barbara Maria. *Voyage into Substance*. Art, Science, Nature, and the Illustrated Travel Account, 1760-1840. Cambridge, MA; Londres: MIT Press, 1984.

STAGL. *A History of Curiosity*. The Theory of Travel 1550-1800. London, New York: Routledge, 2006.

THOMPSON, Carl. *Travel writing*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2011.

TORRÃO FILHO, Amilcar. *A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1844)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.

TUCKER, Josiah. *Instructions for Travellers*. Dublin: William Watson, 1758.

VOLNEY, Constantin-François de Chasseboeuf, conde de. Questions de statistique à l'usage des voyageurs. In: *Oeuvres*. 2 éd. Paris: Parmentier; Froment, 1825, p. 377-396. t. VII.

VOLNEY, Constantin-François de Chasseboeuf, conde de. *Voyage en Syrie et en Egypte pendant les années 1783, 1784 & 1785*. Paris: Volland, 1787. 2v.

Notas

¹ A metáfora da infância é igualmente usada por Kant em sua resposta à questão sobre o que é o Esclarecimento, publicada em 1783: “Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem” (KANT, 1985, p. 100).

² Sobre a malograda viagem de La Pérouse, cf. GAZIELLO, 1984. Sobre a expedição de Entrecasteaux, cf. RICHARD, 1986.

Amilcar Torrão Filho. Professor do Programa de Pós-Graduação em História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Rua Monte Alegre, 984 – Perdizes, SP. CEP: 05014-901. Líder do Núcleo de Estudos da Alteridade. Texto realizado no marco do projeto PAPIIT IG400113 da Universidad Nacional Autónoma de México.

Recebido em 22/01/2015

Aprovado em 07/10/2015